

HEILBORN, Maria Luiza e GOUVEIA, Patrícia Fernanda. "Classes Trabalhadoras, Mulheres e Sexualidade no Contexto da AIDS" In GALVÃO, Jane. *II Seminário Saúde Reprodutiva em Tempos de AIDS*, ABIA e Programa de Estudos e Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde - IMS/UERJ, Relume-Dumará. Rio de Janeiro, 1997, p. 43-54.

## **Classes Trabalhadoras, Mulheres e Sexualidade no Contexto da AIDS**

*Maria Luiza Heilborn\**

*Patrícia Fernanda Gouveia\*\**

### **Introdução**

O presente trabalho<sup>1</sup> integra-se ao painel dos debates em torno do gênero<sup>2</sup>, enfocando sobretudo o feminino, e a sexualidade no contexto da epidemia do HIV/AIDS. De um lado, considera parte da literatura de natureza antropológica que tem se debruçado sobre o fenômeno, e de outro, com base em material de pesquisa próprio, avança algumas considerações sobre o tema, priorizando dois aspectos: a especificidade cultural das classes trabalhadoras urbanas<sup>3</sup> e sua possível relação com o processo de pauperização da epidemia. O material etnográfico aqui utilizado é parte de um projeto mais amplo de pesquisa comparativa sobre carreiras afetivas femininas e impacto da AIDS, que privilegia em sua análise os recortes de *classe e de gênero*<sup>4</sup>.

---

\* *Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional - PPGAS-UFRJ; professora do Instituto de Medicina Social da UERJ e coordenadora do projeto "Subjetividade e Sexualidade: um estudo sobre carreiras afetivas femininas no contexto da AIDS", pelo Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde do CEPESC/IMS/UERJ*

\*\* *Mestranda em Estudos Urbanos no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais - PPCIS/UERJ; assistente de pesquisa do projeto acima mencionado e coordenadora do projeto "Comunidades na Luta Contra a AIDS: saúde sexual e reprodutiva", realizado pela Ação Comunitária Pró-Favela.*

<sup>1</sup> Esse artigo é resultado de um trabalho apresentado na mesa redonda "Gênero e Sexualidade: masculinidade e feminilidade em tempos de AIDS", do Seminário "Saúde Reprodutiva e AIDS"; promovido pelo Programa em Gênero Sexualidade e Saúde - IMS/UERJ e pela ABIA, Rio de Janeiro, 13-15 de março de 1997.

<sup>2</sup> A partir de uma abordagem estruturalista, concebe-se gênero como uma relação de natureza assimétrica cuja lógica distingue, ao mesmo tempo que entrelaça, as categorias de masculino e feminino, num certo padrão de ordenação da cultura (Heilborn, 1993). Assim, num elenco de propriedades simbólicas constitui o vetor da construção das identidades sociais masculinas como atributos relacionais de marcação/ descontinuidade/ diferenciação/ deslocamento. No caso do gênero feminino, comprometido está estruturalmente com atributos contrastivos de não-marcação/ continuidade/ indiferenciação/ permanência, considerando-se a relação de complementaridade hierárquica que mantém com sua contraparte.

<sup>3</sup> Quanto à localização dos segmentos sociais subordinados, optou-se por grupos populares ou classes trabalhadoras, acompanhando a tradição de demarcar simbolicamente as fronteiras entre os grupos. O último designativo empregado mantém um parentesco com a idéia de classe operária, mas vai além ao admitir na sua fórmula plural e no termo trabalhador algo que transcende o operariado e abriga grupos sociais diferenciados como funcionários públicos de categorias inferiores, trabalhadores por conta própria, etc. (Duarte, 1986). A expressão designa o universo de categorias sociais que se encontram numa posição subordinada ou inferior na sociedade de classes, moderna e urbana.

<sup>4</sup> além do material etnográfico com classes trabalhadoras, no conjunto de 70 entrevistas com mulheres das camadas médias, cujo perfil não é intelectualizado nem psicanalisado (apanágios da cultura brasileira dos segmentos modernos)

A hipótese sobre a especificidade cultural das camadas trabalhadoras urbanas assenta-se num já significativo corpo de trabalhos que acolhe a idéia da existência de pelo menos duas grandes matrizes culturais presentes nas sociedades contemporâneas. Uma delas que poderíamos denominar de dominante (ou hegemônica num sentido mais gramsciano), que giraria em torno do individualismo; e a outra/ outra(s) dominada(s) que possui(m) uma lógica holista, cujos preceitos internos são anagônicos aos da primeira matriz.

No espaço urbano presencia-se a convivência de diferentes códigos culturais que caracterizam as múltiplas inserções que uma sociedade complexa e heterogênea apresenta. Consideramos que os segmentos populares encontram-se de modo bastante intenso expostos à presença de um sistema cultural hegemônico, representado pela ideologia individualista, que também é a coluna dorsal do ordenamento político-jurídico da nação. Estamos nos referindo aqui às já propaladas dificuldades patentes no processo de cidadanização das classes populares (Duarte et al., 1992). Falar em cultura dominada não supõe, portanto, que esta represente um conjunto apartado da modernidade, mas que ela mantém uma lógica de todo peculiar de leitura do mundo, que colide com os pressupostos centrais dessa modernidade; e que, ainda assim, a eles se submete em certas circunstâncias. Por isso mesmo, determinados enunciados, aparentemente reveladores de modernidade, são veiculados nos discursos dos grupos populares e despontam nas falas de seus informantes. Avaliar a coexistência dessas representações é um de nossos objetivos. Esse atravessamento parcial da cultura mais individualista e certos valores veiculados que buscamos caracterizar<sup>5</sup>, pois afirmar a especificidade, e positividade, da cultura das classes trabalhadoras urbanas significa não submetê-la ao olhar da "falta", mas encará-la como portadora de um sentido que, em conjunto, destoa dos pressupostos peculiares ao universo das camadas médias.

Nestes termos, define-se aqui a cultura das classes trabalhadoras urbanas como portadora de uma racionalidade própria. Uma vasta literatura de cunho antropológico e sociológico tem procurado discernir seus traços mais pertinentes e sua lógica mais profunda (Alvim e Leite Lopes, 1990; Caldeira, 1984; Duarte, 1984 e 1986; Macedo, 1985; Rodrigues, 1978; Salem, 1981 e Sarti, 1989). A configuração peculiar a esse universo pode ser resumida em três pilares: *família, trabalho e localidade*. A ênfase no valor da família exhibe seu maior vigor no que se refere à prevalência do grupo sobre o indivíduo na constituição da identidade social dessas pessoas. Estruturada em termos de uma relação hierárquica entre os sexos e as categorias de idade, esta ordenação simbólica da família ganha maior nitidez quando confrontada com o modo individualizante do modelo cultural vigente entre os segmentos de camadas médias na sociedade brasileira que tem no indivíduo, na sociabilidade e na ocupação, seu modelo de constituição de identidades sociais; ou seja, seu eixo de estruturação dos sujeitos sociais (Heilborn, 1997). Manter em foco a *diferença* entre estas duas lógicas culturais é crucial para a compreensão dos fenômenos ligados à sexualidade e à AIDS.

---

observou-se que a AIDS não aparece espontaneamente quando é sugerido o tema da prevenção. A referência imediata é a contracepção. Entre as mulheres mais jovens o uso da camisinha está vinculado a tal dimensão.

<sup>5</sup> Cabe ressaltar aqui que no trabalho etnográfico encontrou-se um tipo de mulher que tem maior contato com o discurso hegemônico, como as Agentes Comunitárias, o público participantes das atividades de intervenção em saúde reprodutiva e demais moradoras.

A preeminência que detém a família, podendo aqui ser apreendida como grupo doméstico (Durham, 1983), ganha corpo através da centralidade que desempenha na trajetória de vida desses sujeitos. Tal importância deriva do sentido de totalidade que ela encarna, possibilitada pela interqualificação ou complementaridade das identidades sociais. O todo relacional representado na família exprime-se através de uma divisão do trabalho entre os gêneros; pois esta é, a um só tempo, moral e material. Aqui, constitui-se o masculino como destinado a uma maior exterioridade e a associação com o que é público, dimensões estas consubstanciadas na esfera do *trabalho* (Duarte, 1986, Sarti, 1989). Complementarmente, ao feminino está reservado o domínio privado, uma maior interioridade, atributos que se combinam com a idéia de uma maior proximidade das mulheres e de seu mundo com o plano natural. Assim, a casa e seus desdobramentos - os filhos - encarnam o universo feminino, mas é aos homens a quem cabe prover o lar (Rodrigues, 1978 e Salem, 1981), configurando-se aí a verdadeira dimensão moral do gênero masculino. Presencia-se também uma articulação muito íntima entre gênero e idade que se expressa na oposição, no grupo de irmãos, entre o mais velho e o mais novo, cujo paradigma é a relação entre pais e filhos. Nesse tipo de família, dá-se a prevalência do adulto, contrastando com a lógica que norteia o modelo moderno de famílias de camadas médias, onde reina a figura da criança, gerada pelo "sentimento da infância" (Ariès, 1978).

Na modernidade existe uma dissociação das diversas esferas do mundo social. Há uma compartimentação do sexual da esfera conjugal e familiar mais ampla, transformando-o num domínio portador de sentido em si mesmo (Foucault, 1988); entretanto, as classes trabalhadoras, ao contrário dos grupos médios, tem sua estruturação de mundo de base holista. Pode-se dizer que para tais grupos, a sexualidade não se constitui em domínio de significação isolada; sexo e prazer estão encompassados por uma alusão à moralidade (Duarte, 1993). Isto significa sustentar que a sexualidade não se apresenta como referência básica para a definição identitária (contrastivamente aos segmentos modernos) e tampouco é objeto de um discurso específico, ou melhor, não se constitui como uma instância de exercício de apreensão racional, abstrata. Nos termos desta lógica cultural, o sexo está subsumido a uma ordem moral-familiar, organizadora do mundo, o que se expressa na dimensão moral, e de gênero, da gramática sexual. Na representação feminina, ele é um item básico na engrenagem relacional e se apresenta como um dos elementos da contra-dádiva social, que a relação conjugal enseja, conformada na compreensão de uma distribuição das obrigações familiares entre os gêneros<sup>6</sup>.

Sobre a preeminência desta ordem moral-familiar na estruturação de mundo dos segmentos populares, destaca-se quatro elementos que estão presentes, de maneira mais ou menos explícita, na literatura sobre o tema. Em linhas gerais, tais elementos são:

-nestes segmentos, o valor atribuído ao *grupo* é axiomático, cujos eixos representativos encontram-se na noção *de família, de trabalho e de vizinhança*. Aqui, produz-se um certo tipo de solidariedade que resulta em experiências fortemente associativas, numa reapropriação e fortalecimento de um princípio de

---

<sup>6</sup> Por isso mesmo, quando o homem não cumpre o papel de provedor na família, o sexo torna-se uma particular arena de conflito para o casal.

organização da sociedade básico; ou seja, a reciprocidade social. Tal ênfase sobre o valor do grupo traça uma conduta relacional baseada em *reciprocidade e hierarquia*;

-o *valor-família* apresenta-se como uma categoria fundamental para o processo de socialização dos trabalhadores; pois a vida-em-família/para-a-família é a razão de ser do sujeito, destacando-se o papel dela como núcleo concentrador e ordenador da sociabilidade da pessoa (Duarte, 1986 e 1992);

-a relevância da instituição família para a construção de uma dada subjetividade; ou melhor, sua dimensão estruturante no processo de construção de identidades nos segmentos populares (Duarte, 1986-94; Sarti, 1990-94);

-a família como um o *lugar por excelência de expressão dos sentimentos* (o lugar dos afetos) é também um espaço privilegiado *de realização da experiência feminina*, locus particular à observação das diferenças de gênero e do processo de constituição da identidade feminina (Ariès, 1968; Foucault, 1988; Duarte, 1986-94; Sarti, 1990-94)<sup>7</sup>.

Nestes termos, a construção da pessoa (homem, mulher, adulto, criança) nas classe trabalhadoras obedece à preeminência do valor-família; entretanto aqui nos detemos na estruturação da pessoa feminina. Uma forte ênfase no controle da conduta sexual da mulher caracteriza a lógica moral e este controle é exercido pelo próprio grupo familiar. As trajetórias de iniciação amorosa e sexual dos jovens de camadas trabalhadoras estampam as diferenças atribuídas e vividas pelos dois sexos, no período da adolescência. Nesse momento, a mulher está exposta ao mercado sexual de forma problemática. Convivem a vigilância da sexualidade feminina, exercida pelo grupo doméstico, e a preminência de um jogo de sedução sexual, por parte da jovem, que tem como principal alvo a realização da aliança. É justamente neste embate que se podem explicar os frequentes eventos de engravidamento adolescente. O contrário acontece na socialização do rapaz. Nele são incitadas “agressividade e indisciplina” sexual, símbolos centrais para aquisição da masculinidade; ao mesmo tempo que , em seu processo construção identitária, tal conduta convive com um valor moral: o ideal de respeito e amor à família e à mulher escolhida, expresso na forte oposição estabelecida, por ele, entre mulher de farra x mulher de família (Bozon e Heilborn, 1996).

Vejamos agora, a literatura mais diretamente direcionada para o tema gênero (feminino) e AIDS. Os trabalhos de Guimarães, Knauth e Martin têm trazido pistas e descrições etnográficas valiosas sobre o contexto cultural que enseja e promove a vulnerabilidade feminina diante da epidemia do HIV. Estes , entre outros, assinalam como uma lógica cultural específica, que ensaiamos delinear acima, pode explicar a aparente incongruência da não prevenção mesmo quando os sujeitos sociais não são totalmente desinformados acerca da doença. Guimarães tem apontado como a preeminência da relação é o valor estruturante que não permite as considerações sobre o destino individual se concretizarem. As mulheres se

---

<sup>7</sup> Ressalta-se, entretanto, que tais características não são exclusivas à realidade específica das classes trabalhadoras; o que acontece é que elas se combinam de uma forma particular em torno do *valor-grupo*, da idéia de coletividade.

lançam em relações desprotegidas em nome de certos valores. A existência social da pessoa é mais importante que a (possível) vida do indivíduo, sendo esta a chave da explicação mais recorrente. Os dados trazidos por Daniela Knauth (1995), por exemplo, sobre reprodução e sexualidade são muito interessantes e trazem uma abordagem toda nova sobre o imbricamento entre gênero, percepção social do corpo e da pessoa nos grupos populares. Em particular destacamos o que ela assinala ser uma visão não culpabilista acerca da AIDS, estampada no modo como as mulheres lidam com a aquisição do vírus por parte de seus companheiros. Elas concebem a contaminação dentro de uma ótica de legitimidade, uma vez que esta ocorre num contexto aceitável: a conjugalidade, distinguindo-as assim dos demais "outros" doentes<sup>8</sup>. Tanto o seu trabalho como o de Denise Martin (1995) sustentam que a ocorrência da doença implica uma relativa reversão das relações de gênero no contexto dos casais contaminados, possibilitando uma reorganização dos projetos de vida e até mesmo uma melhoria dos cuidados dispensados a si pelas próprias mulheres (cf. Martin, 1995). Vale assinalar ainda que na etnografia sobre mulheres soropositivas e suas vidas familiares apresenta-se uma rica descrição das tensões entre o grupo consanguíneo e o afim, no tocante à administração das responsabilidades e da doença, tensões estas que a observação de grupos populares tem sido pródiga em demonstrar (cf. Brandão, 1997).

## Do Campo

O trabalho de campo foi desenvolvido em duas áreas do complexo de favelas da região do Maciço da Tijuca: os Morros do Borel e da Formiga. Junto à observação participante, e à realização de entrevistas aprofundadas, foi feito o acompanhamento das atividades de um Programa em Saúde Preventiva existente nas localidades<sup>9</sup>. Na descrição do quadro encontrado utilizou-se também dados secundários como: anuário IPLAN-Rio, censo IBGE/91, arquivos do Projeto Favela-Bairro e indicadores gerais.

A Observação Participante<sup>10</sup> foi desenvolvida nos lugares que revelavam a rede de sociabilidade familiar e de vizinhança, e as entrevistas foram realizadas num ambiente privado e fora da presença de outras mulheres. Algumas vezes, os depoimentos quando tomados coletivamente, por ocasião dos grupos de discussão previstos no Programa de Prevenção, apresentavam um rendimento bem mais significativo do que as entrevistas individuais. O contraste não era apenas específico aos contextos de coleta das falas, mas indicavam também uma sensível diferença em relação às entrevistas individuais realizadas com mulheres de

---

<sup>8</sup> Em relação aos "outros" que contraem o HIV, ver a análise Machado (1996), sobre casos de conversão religiosa motivadas pelo medo da AIDS.

<sup>9</sup> **"Comunidades na Luta Contra a AIDS"** é um programa de prevenção na área da saúde sexual e reprodutiva, para grupos populares urbanos, realizado pela Ação Comunitária Pró-Favela e apoiado pelo Programa Nacional de DST/AIDS-Ministério da Saúde, Conselho Britânico e AIDS-CAP; onde se trabalha a informação, educação e comunicação, procurando elevar a capacidade das moradoras locais a adotarem ações efetivas no campo da saúde preventiva.

<sup>10</sup> Uma circunstância de campo importante foi a impossibilidade de uma observação clássica nas favelas cariocas, em função dos limites e dificuldades impostos pelo contexto da guerra do narcotráfico.

camadas médias. Tinha-se a impressão de que as mulheres trabalhadoras sentiam-se mais a vontade por estarem num espaço (coletivo) conhecido por elas (Palermo, 1997).

Em relação à caracterização física das comunidades observadas, encontram-se algumas diferenças entre elas; pois, a primeira vista, no Morro da Formiga não há indícios de pobreza extremada. A maioria de seus habitantes pela aparência poderiam ser classificados como dos segmentos inferiores de classe média, moradores, por exemplo, dos subúrbios cariocas. Apesar de estarem trajadas de forma simples, as pessoas combinam cores com bijuterias e demais acessórios nas roupas e cheiram bastante a perfume. Em geral, as mulheres são mais enfeitadas do que os homens, principalmente as mais jovens, preocupadas em reproduzir os modelos da moda e valorizar as formas de seus corpos (usando cores bem chamativas).

Em termos comparativos, favela da Formiga apresenta uma razoável infra-estrutura de serviços, principalmente os considerados comunitários. Há um sistema de transporte mais eficiente do que as outras localidades vizinhas (as nove favelas da região da Tijuca-Usina). Sua área central e urbanizada parece mais um bairro popular suburbano: não há lixo nem mau cheiro na rua, todas as casas são de alvenaria, encontram-se algumas pequenas árvores e plantas no caminho, a via principal é toda asfaltada, com uma linda vista do Maciço da Tijuca. Entretanto, suas áreas mais pobres (Galiléia e Belvedere) têm a mesma configuração das localidades de risco do Borel, cujo processo de ocupação deu-se de forma bem mais desordenada.

Particularmente, na esfera da saúde e da educação, a população da Formiga dispõe de diversos serviços. Há um Posto de Saúde Municipal, que dá cobertura à demanda local por atendimento básico e o já referido Programa de Prevenção em Saúde Sexual e Reprodutiva. Existe também uma rede de creches comunitárias (3 delas do Banco da Providência, 1 da Prefeitura), bem como uma pequena escola municipal (Jornalista Brito Braga). Internamente, há um razoável sistema de comunicação: são oito (8) telefones públicos, um serviço de alto falante, um sistema de distribuição de correio e uma intensa programação local, em função de uma Rádio Comunitária bastante atuante.

### **Visão de mundo: gênero e sexualidade**

Nessa discussão, objetiva-se investigar as representações em torno do sexo, prazer e manifestação de sentimentos nas mulheres dos grupos populares, tendo como base os depoimentos coletados e algumas experiências desenvolvidas no campo da prevenção; pois busca-se, junto à atualização do debate acadêmico sobre o tema, subsidiar as propostas de intervenção social existentes. A análise foi montada a partir de uma perspectiva comparativa, confrontando-se o material etnográfico coletado nas entrevistas realizadas com membros das camadas médias.

O modo de lidar com o tema da sexualidade foi colocá-lo, e a própria subjetividade, nos marcos da cultura; isto é na qualidade de categorias socialmente construídas. Procurou-se apreender as representações que

orientam determinadas ações dos sujeitos, sem dicotomizar prática e representação social<sup>11</sup>, explorando uma dimensão da ação dos indivíduos no mundo considerada pela tradição sociológica como essencialmente subjetiva (afetividade, sexualidade). O tratamento dado ao depoimento das informantes privilegiou as recorrências encontradas nos discursos como unidade mínima de construção da análise, obedecendo a um dado recorte temático. Buscou-se apreender a estrutura subjacente aos discursos dados e revelar um ordem não-dita: não-reconhecida e não-consciente na imediata objetividade dos depoimentos; ou seja, uma ordem que se organiza no próprio ato da fala interpelada, revelando universos representacionais mais estruturantes (Blanchet & Gotman, 1992).

Em relação as entrevistadas, a maioria delas possuía o 1o. grau. Havia um pronunciado recorte geracional que as colocavam num diferente grau de exposição quanto a discussão da saúde sexual e reprodutiva. Em algumas mulheres percebemos representações mais próximas de um discurso moderno da pessoa, encontrados em situações como, a linguagem e a prática de engajamento no associativismo comunitário; o ideal de independência e autonomia, via ascensão no trabalho<sup>12</sup>; a idéia de investimento conjugal, em detrimento da família (presente em uma das informantes). Embora todas participassem das despesas do lar, ao menos indiretamente, apenas duas delas tinham consciência de sua importância na manutenção da casa e do grupo doméstico; porém, mesmo estas se reportaram ao ideal de ter um homem que pudesse ajudá-las na provisão da casa, confirmando o compartilhamento delas de uma ordenação de mundo mais tradicional. Todas tinham em comum a referência de um forte contexto familiar no seu entorno; pois a importância da rede familiar e de vizinhança na organização de mundo destas mulheres dá-se no plano da reprodução física, social e simbólica. Apenas dez (10) delas possuíam, no momento, parceiro fixo, e em todas estava presente uma representação em torno da impermanência dos laços conjugais. Além disso, estas mulheres, as diretamente entrevistadas ou não, apresentaram experiência familiar de matrifocalidade.

*“Meu pai nunca pude contar com ele... decidi tudo sozinha: estudo, trabalho...Meu pai nunca esteve presente em nada da minha vida. Gosto muito, amo, tenho a figura de pai, mas é mais pôr ser pai..., figura. A minha mãe já é mais presente. Deixo até que ela se meta na minha vida e dê opinião... Ela conversa, me dá “esporro”. Não quero que nada de mais aconteça a ela, tenho medo que ela morra. ...Depois eu fui trabalhar e minha mãe absorveu meu filho: dá banho, leva para a creche, dorme com ela. Ele é mais meu irmão. Saio e passeio bastante, ele nem liga se não volto. Mas, ele me respeita mais do que a minha mãe. Nessa hora eu sou mãe: bater, castigo; mas amor mesmo é mais com minha mãe (Tânia, 23 anos)”.*

Neste sentido, tais características reforçam a vinculação destas mulheres a uma moralidade familiar que organiza e orienta a ação no mundo destas mulheres

<sup>11</sup> Entende-se aqui que a leitura feita pelos sujeitos de sua existência constróem sentidos à experiência dos mesmos. Por um lado, tal leitura não é autônoma porque está informada por um sistema de significações que antecede a existência física e psicológica destes sujeitos no mundo. Por outro, ao estarem no mundo, estes sujeitos atualizam, infinitamente e de forma arbitrária, o sistema representacional que os antecede.

<sup>12</sup> Apenas três mulheres tinham uma atividade profissional fora do âmbito das funções essencialmente femininas, como: diaristas, domésticas, pequena comerciante local, cabeleireira, agente comunitária. Uma era funcionária pública, da Secretaria de Habitação, a outra encarregada do almoxarifado de uma firma de segurança civil, trabalhando num ambiente predominantemente masculino, e a última no escritório de um hospital.

Apesar das pessoas ouvidas não terem uma conceituação formal a respeito da categoria gênero, reconheciam na prática o seu significado, já que possuíam um conhecimento do diferente lugar das pessoas no mundo social, sem uma perspectiva de querer mudar as coisas e sem a demanda por uma equalização do mundo e de suas relações. Reconheciam os distintos papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres, mas nesta compreensão havia uma pronunciada diferença em relação à equipe técnica (médicos, profissionais de saúde) do programa de intervenção<sup>13</sup>. Na perspectiva destes técnicos, foram sugeridos debates em torno da mulher enquanto objeto de violência masculina, da passividade e falta de autonomia feminina, da dupla jornada de trabalho e sobrecarga moral e material para com o sustento da família. Em contrapartida, nas falas e representações das moradoras não havia uma expectativa de paridade entre os gêneros, mas sim uma demanda por maior complementaridade entre eles. Por exemplo, era clara a idéia da diferença de desempenho entre ambos os sexos na administração do espaço doméstico. Nestas mulheres, forte mesmo era o desejo/necessidade/expectativa de terem para si um homem provedor de recursos e de respeito, cumpridor das obrigações morais com a casa e com a família; elas, por sua vez, cumpriam com as responsabilidades que lhes cabem: administrar os gastos familiares, controlar os recursos do grupo, cuidar e educar os filhos, executar as tarefas domésticas e contribuir, de forma considerada sempre secundária, à ampliação da renda familiar. Inevitavelmente, o discurso normativo das técnicas tinha grande força, pois a discussão terminava resvalando na ilegitimidade da dominação e violência do mundo dos homens.

Nos depoimentos coletados percebem-se características da expressividade verbal nos grupos populares, como espontaneidade, concretude e transparência no discurso. Essa tonalidade da fala é particularmente apreendida nas discussões do programa de prevenção, onde as mulheres falam sobre sexo e intimidade com fluência e tranquilidade. São mais animadas para falar acerca de temas como vida sexual, família, casamento, tendo sempre o que dizer e coisas para contar e perguntar. Já os homens participam de uma maneira mais contida nestas conversas, apesar de manifestarem interesse no tema. Um outro aspecto importante é que algumas noções, como conjugalidade, representações de gênero, vivência sexual e práticas preventivas, não eram tratadas de forma discursiva; pois estas categorias não possuem um valor em si, estando sempre referenciadas num sistema de "ordenação moral" mais abrangente.

A comparação entre o modo como se apresenta a construção da pessoa nas classes médias (com forte ênfase na individualização) e o destas mulheres, evidencia uma certa impossibilidade de emergir. Nestas mulheres um discurso enfático em torno de uma experiência radicalmente singular e única. Aqui, discurso enunciado atrela, de um lado, a vivência pessoal como necessariamente um espelho da experiência dos outros, daqueles que são iguais. De outro lado, na referência constante aos episódios da própria trajetória de vida como explicativos da ordem do mundo, sinalizam a ausência de uma abstração para além das condições concretas do viver. Esta dupla condição das falas autoriza-nos a articular a linguagem revelada como afirmativa do modelo de formação da pessoa; pois nesses segmentos, tal modelo está encompasado pela referência do grupo, caracterizando a cultura distintiva de que falávamos na introdução deste artigo.

---

<sup>13</sup> Tal discussão foi colocada pelas técnicas numa perspectiva dicotômica entre os papéis masculinos e femininos, nos termos da oposição dominação masculina x submissão feminina.

Assim, não se denota uma atitude idiossincrática. Os discursos enunciados não se afastam da vivência e não implicam, portanto, numa generalização da experiência, como acontece nos grupos de camadas médias.

Um aspecto importante é o fato da temática da Saúde Reprodutiva ser uma questão que sempre mobiliza as mulheres, o que tem relação com uma experiência comum, vivida e sentida coletivamente. Além de serem muito frequentes, e corriqueiras, as dificuldades e situações semelhantes que enfrentam (como gravidez indesejada, aborto clandestino, incidência de doenças venéreas, dentre outras) elas têm maior disponibilidade e interesse nesta questão porque sofrem mais diretamente suas consequências. O homem tem demanda por informações específicas sobre o tema, entretanto não é propriamente papel dele ficar querendo saber “destas coisas”. Numa perspectiva de desnaturalização, cabe ressaltar que a proximidade destas mulheres com tal discussão foi construída historicamente, mediante a lógica de higienização da família que direcionou a sua estratégia normativa prioritariamente às donas de casa e mães de família (Costa, 1987).

No âmbito da discussão sobre sexo/sexualidade, havia sempre da parte das mulheres um grande interesse com o prazer do homem, uma seara desconhecida para elas. Observou-se que as perguntas às técnicas assinalaram uma preocupação em adquirir conhecimento para uma melhor administração de suas responsabilidades conjugais. Isto significa entender mais os sentimentos e as funções do homem. Era menos uma questão centrada nelas, sobre sua própria sexualidade, do que compreender atitudes, desejos e prazeres de seu companheiro; pois o conhecimento sobre o sexo representa um quisito importante no papel de mulher cumpridora de suas obrigações na família.

Considerando-se, ainda, as especificidades do gênero, os homens apesar de serem menos explícitos ao falar de sexo, são bem mais instrumentais na sua representação; quase sempre associam-no à idéia de aquisição de experiência, exercício de potência e de “descarga física” (Duarte, 1986, Heilborn & Bozon, 1996). Assim, no caso masculino existe uma demarcação clara da ordem dos sentimentos e da ordem da sexualidade física e a tais esferas correspondem aprendizados distintos. A primeira experiência amorosa deixa os homens perplexos, sendo também foco de angústia, já que sua identidade está implicada no desempenho técnico e na atividade em si. Apesar de querer aproximar o sexual do sentimental, o rapaz não chega necessariamente a fazê-lo. Sobre a iniciação sexual, diferentemente das mulheres, os homens se referem ao fato como uma aprendizagem e uma aquisição de experiência (Bozon e Heilborn, 1996).

No imaginário social feminino há igualmente uma representação em torno de uma fisicalidade e instrumentalidade do sexo que, de diversas maneiras, apareceu em todos os discursos. Combina-se tal concepção com uma subsunção (explícita ou não) de várias situações da vida destas mulheres à um valor-família mais estruturante, bastante bem aprendido no depoimento de uma delas.

*“Minha mãe não gostava dele porque ele não era daqui. Ela queria que eu casasse com outro e, por isso, chegou a dar minha mão para eu namorar ele. Fiquei danada, não quis. Eu gostava do Manuel, meu*

*marido... Quando ele morreu... nunca quis nada. Pensava em tomar remédio prá não querer saber mais de homem. Minha cunhada já tomou... Não tinha mas cabeça. Tive vontade de tomar veneno e também remédio prá não saber de homem, pois na hora num tava agüentando, mas depois fiquei melhor (Marta, 40 anos)".*

Neste depoimento está colocada de forma clara uma representação acerca da instrumentalidade do sexo. Tal instrumentalidade remete a sexualidade à uma ordem bem generalizante, imersa numa sobredeterminação. Numa certa medida, nos segmentos populares *"sexo não se discute"*, ou melhor, não é algo de que se fala no intuito de dar-lhe significação própria. Seu significado está preso a uma lógica "naturalista" que o coloca no lugar daquilo que se faz e não se cogita. Aqui, articula-se ainda uma declarada reivindicação das esposas em torno do desempenho sexual do marido; o que talvez esteja relacionado à demanda feminina de administrar melhor a divisão de papéis na família e as obrigações conjugais.

*"...mas também a gente tem que cobrar um pouquinho. A gente tem que conversar porque se não passa pela cabeça da gente que ele já arrumou outra. Agora, sei que não é nada disso. Passei a me cuidar mais, me produzir para ele reparar. Boto roupa bonita, fico em forma, o cabelo, tudo isso prá pessoa notar....(Edite, 28 anos).*

No que se refere à discussão em torno da fidelidade, sobre as possíveis relações extraconjugais do marido, as mulheres tendem a naturalizar tal questão, parecendo achar que é *"assim mesmo que são as coisas"*. Apesar disto, muitas acreditam que se previnem sendo simplesmente fiéis ao cônjuge. Num grupo de discussão, quando esta argumentação foi colocada, uma das presentes falou: *"os maridos são todos iguais ao meu marido que vai batucar hoje na praia"* (Nilma, 45 anos). Na verdade, "batucar na praia" significa ir ao encontro de outras mulheres, uma conduta sexual "indisciplinada" masculina que é revelada em grupo sem problema e aceita por todas as presentes. Ocorre aqui uma explícita "naturalização" desta característica do homem, tida como algo inerente ao seu comportamento. Encontra-se na lógica tradicional de gênero, que produz um englobamento do feminino pelo masculino, uma explicação possível para tal dimensão. Porém, ao contrário, o imaginário individualista das camadas médias propõe a inversão desta lógica tradicional, numa visão mais moderna dos papéis de gênero, a partir de uma proposta de relacionamento igualitário entre homens e mulheres (Heilborn, 1992).

Nas mulheres dos grupos populares, o sexo apresenta-se como uma freqüente estratégia no estabelecimento de vínculos, possibilitando-lhe a realização da aliança. Considerando-se casamento, filhos e casa, como aspectos centrais no projeto de vida delas, o sexo é uma forma de negociação com o parceiro masculino e uma possibilidade de "libertação" desta mulher de sua condição delegada na casa de origem. Assumindo sua própria casa, virando adulta, ela adquire (para si e perante seu grupo de referência) mais respeito social (Duarte, 1986, Salem, 1981, Knauth, 1995). Um exemplo paradigmático disto está numa conversa de final de tarde no posto de saúde comunitário. Neste "bate-papo" uma moradora comentou como era possível um número tão grande de meninas tão jovens grávidas; afinal, segundo ela, hoje em dia todos tinham acesso à informação, medicamentos, etc. Imediatamente, uma das mulheres presentes disse:

*“sei lá porque isso acontece com elas, mas eu quando vi que meu namorado (hoje marido) era um cara legal, tratei logo de arrumar compromisso com ele e engravidei: parei de tomar remédio” (Bel, 27 anos).*

Num contexto de discussão social da saúde e de intervenção, no cenário da epidemia do HIV/AIDS, as representações modernas acerca da sexualidade e do sexual vêm sendo acionadas pronunciadamente. Produz-se então um encontro nada linear entre este discurso e o marco cultural das classes trabalhadoras urbanas. Tal relação provoca um resultado singular e revela níveis de atravessamento de códigos culturais distintos e articulados com a dinâmica social. Veja-se um exemplo disto no depoimento de uma jovem moradora:

*“Fiquei grávida e ele praticamente me pediu prá tirar. Não foi muito bom. Achava que ele não ia gostar muito, mas também não do jeito que foi. **Ele não participou...**Foi horrível. Conteí prá ele prá ele me ajudar que eu não tinha condições de bancar sozinha prá tirar. Ele disse que ia ajudar mas tirou muito o corpo fora e o tempo foi passando. Ai, falei com minha mãe ela é muito boa e **liberal** comigo. Me se você quiser ter você tem... Eu disse que não queria, porque se soubesse que ele registrava, ajudava... e **que num ponto eu ia poder contar com ele todo mês...**tudo bem... Ai eu aprendi muito. Graças **a minha vó que conhecia muitas ervas** e cuidou de mim ficou bem: chá, banho caseiro, o que podia comer, preparado. Se não fosse minha vó o que ia ser de mim?. Sempre falta alguma coisa: ou o cara num presta, ou na cama num presta. Um cara bom prá mim é um **cara que realmente gosta de mim e não do que eu faço na cama**, mas que goste realmente e se preocupe. Ainda não tive ninguém assim (Cristina, 23 anos)” (grifo nosso).*

Na linguagem desta informante alguns elementos aproximam-se mais de uma ordem moderna do discurso: o falar de sexo em família; a caracterização da mãe como liberal; a reprodução do discurso do livre arbítrio, na escolha de ter ou não o filho e a ênfase na importância da “cama” numa relação. Entretanto, outras imagens/representações prendem-se a uma lógica de organização de mundo tradicional, como: a expectativa de complementaridade e participação do parceiro na resolução de seu problema; a gravidez como estratégia de estabelecimento de vínculos, de proteção e provisão da mulher; a importância da rede de parentesco, expressa na figura da avó (reunindo a dimensão da idade e do gênero à configuração da respeitabilidade que sua figura sugere); o acesso a recursos tradicionais para resolver o problema (as ervas); o ideal de reciprocidade e de totalidade, embutido na sua demanda por um “cara bom que goste e realmente se preocupe com ela” Desse modo, elementos distintos e aparentemente incongruentes convivem no mesmo enunciado; porém, ressalta-se que em seu universo representacional a lógica tradicional (holista) confirma-se como a mais estruturante.

## **Representações sobre AIDS**

Tendo em vista os esforços propostos em termos de política pública e de controle social da epidemia do HIV/AIDS, particularmente a ampla ocupação do espaço midiático, a AIDS, após 15 anos de sua emergência no Brasil, é tida ainda como uma “doença do outro”, que na realidade da favela é considerada um “mal menor”. Isso porque na representação dos segmentos populares a situação de risco e perigo não se materializa na ameaça de contaminação, mas sim na própria adversidade de suas condições de vida. Tal estranhamento diz respeito também à concepção saúde x doença, onde a AIDS é percebida como um mal que imediatamente não tem concretude: é estrangeira, aparentemente invisível, e sem sinais exteriores (Knauth, 1995). Dessa forma, os riscos percebidos alocam-se em outras situações, como segurança, emprego, moradia, alimentação e transporte, que estampam uma determinada hierarquia de necessidades básicas na favela.

Em campo, ao observarmos as atividades de intervenção realizadas, percebemos que as ações programáticas atingem sobretudo as mulheres; pois as reuniões propostas pelo Programa raramente contavam com a presença de homens. Além das moradoras, participavam deste trabalho técnicos, pesquisadores e profissionais convidados (enfermeiros, médicos e psicólogo).

Nestes encontros, que testemunham a interação entre universos sociais diferenciados, principalmente nos primeiros contatos, parte das mulheres presentes deu um tom de “discurso enunciado” às suas falas, dirigidas a um receptor privilegiado: os técnicos e demais profissionais de fora, aqueles que detinham o saber. Tal fato ocorria especialmente diante da autoridade médica, com a qual as moradoras mantinham forte deferência. Era como se a palavra do médico, por si só, fosse reveladora de alguma verdade desconhecida para elas. Tal característica estabelece já de antemão uma diferença de posições que devem ser consideradas numa proposta dialógica de controle social da saúde. Destaca-se, aqui, que num determinado nível, tais mulheres enfrentam certo constrangimento no “tratamento público” de questões como AIDS, sexualidade, saúde reprodutiva. Contrastando com a forma aberta e transparente de falar sobre sexualidade entre seus pares, ou diante de determinadas pessoas, algumas apontaram limitações para procurar médico, especialistas e demais profissionais da área, diante das dificuldades desta exposição, sem a intermediação de alguém que possa “ajudá-las”.

Quanto a percepção do nível de vulnerabilidade à contaminação, existe da parte destas mulheres um particular interesse no tema da DST/AIDS. Paradoxalmente, convivem aqui uma possível percepção do risco e, ao mesmo tempo, um sentimento de indeterminação (preso à lógica relacional de gênero) que impossibilita à mulher trabalhadora tomar uma atitude deliberadamente preventiva, falando-se aqui em negociação sexual com seus parceiros (Barbosa & Villela, 1996). Porém, tal contradição no sistema de atitudes deve ser lida de maneira situacional. Por um lado, a percepção do grau de exposição às doenças sexualmente transmissíveis passa pelo fato de que enquanto mulheres (esposas, namoradas, noivas) estão sujeitas às inevitáveis “indisciplinas” da natureza masculina. O reconhecimento deste aspecto, entretanto, não implica pensar em negociação sexual com os companheiros. Tal atitude pode ser acionada quando se

refere ao jogo de deveres e obrigações para com a casa, mas raramente se manifesta no plano da preservação da saúde. A negociação sexual, como a desejada pelos agentes de intervenção, significaria ocupar uma outra posição no jogo relacional familiar, que colocaria o sexo num lugar diferente. No plano simbólico, pensarem-se enquanto sujeito sexual é uma condição complicada para o universo das camadas populares. Por outro lado, numa outra esfera de significação, estas mulheres estabelecem uma distância frente à AIDS já que ela, como os demais problemas ligados à sexualidade, configura-se como algo que diz respeito a um “outro” social. Nesta representação feminina, a AIDS atingiria um tipo diverso de pessoa, que não são elas; como a prostituta, o “viado”, a menina de programa ou aqueles que usam drogas (Guimarães, 1995, Knauth, 1995). Somente em duas entrevistas as mulheres fizeram referência à necessidade de prevenção, devido o contexto da AIDS. Tal referência diz antes respeito à intensa exposição pública da doença e não a uma possível auto-inclusão delas na lista de risco.

*“Não me previno, não. Quando eu me separei do Jorge eu liguei; com o Flávio, eu não tinha mais preocupação de ter filho; com os casos eu tive depois da separação, eu tava ligada... Também, esse período da AIDS não tava assim tão divulgado, né? Isso só veio à tona de 3 a 4 anos prá cá. Aí as pessoas começaram a se preocupar mais... em termos de relação... (Nádia, 45 anos)”*

Nas classes trabalhadoras, o “constrangimento” feminino em relação à negociação do uso do preservativo se exprime por um sentimento de dependência do polo masculino. A maioria delas relatou dificuldades em conversar com os maridos sobre o uso da camisinha. Algumas acham que podem conversar, e que o parceiro pode até compreender; entretanto, isto não significa que fará uso do condom com sua esposa. Segundo elas, os maridos poderão sim usar camisinhas com as outras; mas não se saberá realmente se o fizerem (Palermo, 1997).

Relataram também que o simples pedido para usar preservativos poderia levantar algum tipo de desconfiança do parceiro, relativa à conduta feminina. Uma delas chegou a argumentar que para justificar o fato de não usar camisinha e, mesmo, os possíveis casos extraconjugais, os homens apelam para o seguinte argumento: *“a mulher tá dando mole, mas não tenho camisinha, não vou? O que vão falar de mim? Vão me chamar de viado”* (Ruth, 45 anos).

Justificando ainda o fato de seus maridos não usarem camisinha, ressaltam que o preservativo incomoda: é áspero, aperta, tira o prazer do parceiro e, inclusive, o delas. Além disso, exprimem aqui também um modo de conceber a sexualidade como responsabilidade e questão do homem (Palermo, 1997).

Foram inúmeras e paradigmáticas as situações capazes de elucidar a singularidade desse universo cultural. Por exemplo, numa discussão em grupo, uma das mulheres conta que foi casada com um homem adorável e maravilhoso (o único que lhe fez realmente feliz), mas que morreu de AIDS e a infectou. Continua sua narrativa dizendo que ele era um ladrão e que viveu durante muito tempo (enquanto estava casado com ela) com um travesti. Entretanto, preocupa-se o tempo todo em afirmar o bom caráter de seu homem, numa atitude tipicamente feminina de querer poupar o marido de uma exposição pública sobre sua

reputação. A aparente contradição interna deste discurso (o homem maravilhoso que lhe transmitiu o vírus; que vivia com “uma bicha” e que era ladrão) pode ser entendida quando percebemos uma outra ordem de organização sua fala: este mesmo homem foi quem lhe possibilitou a aquisição de uma determinada identidade social; aquele que lhe deu nome e família. Nesta representação sobre conjugalidade está estampado uma precedência do *valor-família* sobre qualquer outra ordem de fatores.

Um outro caso ilustrativo, resulta da observação de mais uma reunião do Programa de Prevenção, quando uma moradora discutiu o tema colocado pelos técnicos: a violência doméstica. Enfaticamente, disse que detestava “briga de porrada”, e que, “*graças à Deus*”, isso não acontecia no seu casamento. Logo depois, num outro contexto, falou da infidelidade do marido, das brigas e pancadarias que saíam por causa disso. Além de aspectos particulares a uma dada situação, percebe-se que o que esta mulher considera violência doméstica talvez não seja necessariamente o mesmo que, por exemplo, acha a equipe técnica da Delegacia de Mulheres; pois conforme coloca Elaine Brandão (1997), nestas mulheres a caracterização do ato violento refere-se a um imbricado código moral familiar, preso a uma lógica hierárquica de papéis e não a um “discurso-de-direitos”, próprio ao ideário moderno individualista.

Neste mesmo contexto, uma informante mais jovem e graciosa parecia ter incorporado bem um discurso da “sexualidade moderna” falando, diante dos técnicos, das maravilhas do uso da camisinha e de sua liberdade e falta de preconceitos com tais coisas. Ao mesmo tempo, demonstrava um desejo forte de realização do ideal do “amor romântico” que na versão de sua classe significa: achar um cara legal, que montasse casa, cuidasse da filha, gostasse dela, enfim, cumprisse com suas obrigações<sup>14</sup>.

São inúmeras as dificuldades de serem adotadas práticas efetivamente preventivas tanto para os homens quanto para o público feminino. A apreensão desta lógica cultural, que vimos descrevendo, ajuda a descortinar tais dificuldades. Em geral, “inconscientemente” as mulheres trabalhadoras não se percebem em situação de risco porque: não se consideram promíscuas; mantêm relações sexuais com “sentimentos”; não transam com “qualquer um” e confiam nos seus parceiros. Apesar de continuarem sendo estas mulheres as mais vulneráveis à epidemia do HIV/AIDS, não é por desinteresse e/ou desconhecimento/ignorância que elas “não praticam o sexo seguro”. A AIDS continua sendo um elemento estranho às suas indagações porque em seu universo representacional é um assunto que não lhe diz diretamente respeito (Guimarães, 1995; Knauth, 1995).

Por fim, na prevenção à AIDS com classes trabalhadoras urbanas o discurso do sexo seguro como um caminho de vivência plena da sexualidade não tem aderência, afinal a sexualidade aqui não se constitui como um domínio portador de um significado em si. O uso da camisinha tem verdadeiramente sentido quando está associado à discussão mais abrangente sobre saúde reprodutiva. Portanto, problemas como gravidez precoce e indesejada, aborto clandestino, DST, câncer de mama e ginecológico, dentre outros, que

---

<sup>14</sup> Um aspecto de outra ordem, mas aqui relevante, é que esta moça trabalhava (de uma forma considerada por ela provisória) numa casa de massagem. Isto para poder ajudar em casa, criar sua filha e “pagar seu curso de teatro”.

se encontram diretamente presentes na realidade da mulher é que podem efetivamente servir de via à discussão do sexo prevenido.

\* \* \*

Na realidade específica dos trabalhadores, a preeminência de uma organização hierárquica de mundo faz com que *a família seja uma esfera do social marcada pela diferença complementar (marido-mulher, pais-filhos, jovens-adultos)*, cujo caráter relacional é próprio de sua lógica de constituição. Ao contrário do código socialmente hegemônico, *aqui estrutura-se uma característica da dimensão não-individualizada da pessoa, ou melhor, de sua identidade social* (Duarte, 1986 ; Sarti, 1994). Neste sentido, entre os trabalhadores não se encontram os recursos simbólicos necessários ao projeto individual moderno (que tem no indivíduo o seu *ideal-valor* estruturante). A tradição, aqui, é uma referência fundamental à existência, baseado na importância da reciprocidade nos laços de parentesco e de vizinhança, onde se mantém a preeminência de hábitos e padrões que moldam os comportamentos; pois mesmo estando expostos à individualização, a partir do trabalho e do consumo, os planos de ascensão social dos trabalhadores formulam-se num universo de valores que obriga os indivíduos entre si, a partir dos laços de obrigação e contra-obrigação social (a reciprocidade). Em geral, seus planos de ascensão são formulados dentro do projeto familiar-coletivo e suas opções de vida se inscrevem segundo um código de reciprocidade e uma moralidade definida.

No que se refere a uma discussão no campo da saúde e da assistência social com classes populares, a tradição de ações de caráter curativo tem dificultado a penetração mais geral de uma proposta essencialmente preventiva. Nos marcos desta tradição, acreditamos haver grande dificuldade na promoção de mudanças comportamentais a partir de intervenções genéricas com grupos específicos (tipo campanhas de massa, distribuição indiscriminada de preservativos, ou similares); pois para se criar possibilidades de mudança de hábitos, atitudes e comportamentos (além do acesso aos serviços eminentemente mais técnicos) é necessário um trabalho contínuo de educação e comunicação. Assim, no plano da ação programática, um trabalho que discuta mudança de comportamentos deve procurar apreender a subjetividade, ou seja, as representações (valores, idealizações e projeções) dos sujeitos sociais envolvidos; pois, numa primeira instância, é no campo simbólico que a intenção de mudança comportamental se organiza, podendo somente daí se tornar uma prática (ou não). Cabe ressaltar, aqui, que o fato dela se tornar uma prática relaciona-se com fatores e circunstâncias socialmente complexos e não com o simples arbítrio do sujeito.

Nestes termos, problematizar saúde sexual e reprodutiva no contexto de pauperização da AIDS significa tanto discutir os limites de uma prática de intervenção ainda referida à visão essencialista, diluída na função reprodutiva e normativa do sexo, como também as dificuldades colocadas por uma interpretação moderna da sexualidade.

## Bibliografia

Rosilene & LEITE LOPES, José Sérgio. "Famílias operárias, famílias de operárias", In Revista Brasileira de Ciências Sociais, n° 14, ano 5, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, outubro 1990 [7-17].

ARIÈS, Philippe, História Social da Criança e da Família, Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1978.

BLANCHET, Alain e GOTMAN, Anne. L'enquête et ses Méthodes: l'entretien, Paris, Nathan, 1992.

BARBOSA, Regina & Villela, Wilza. "A Trajetória feminina da AIDS". In GALVÃO, J. & PARKER, R. (orgs), Coleção História Social da AIDS, v. 7, Quebrando o Silêncio: mulheres e AIDS no Brasil, Rio de Janeiro, ABIA/IMS-UERJ/Relume Dumará, 1996 [17-32]

BOZON, Michel. "La Construction et l'Analyse de l'Activité Sexuelle dans les Recherches sur la Sexualité". In: Sexualité et Sida, Paris, ANRS, 1995.

BOZON, Michel e HEILBORN, M. L. "Les Caresses et les Mots: initiations amoureuses à Rio de Janeiro et à Paris". In: Terrain, 27, Paris, septembre, 1996, pp. 37-58.

BRANDÃO, Elaine. Nos Corredores da DEAM; em ensaio etnográfico sobre mulheres as e a violência conjugal. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Medicina Social IMS-UERJ, 1996.

COSTA, Jurandir F. Ordem Médica e Norma Familiar, Rio de Janeiro, Graal, 1987.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. "Pouca Vergonha, Muita Vergonha: sexo e moralidade entre classes trabalhadoras urbanas". In: LOPES, José Sérgio Leite (org), Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura das classes trabalhadoras, Rio de Janeiro, UFRJ/Marco Zero, 1987 [203-226]

\_\_\_\_\_ Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1986.

\_\_\_\_\_ Vicissitudes e Limites da Conversão à Cidadania nas Classes Populares Brasileiras. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.22, Rio de Janeiro, junho, 1993.

DURHAM, Eunice. "Família e Reprodução". In: FRANCHETTO, et alli, Perspectivas Antropológicas da Mulher 3, Rio de Janeiro, Zahar, 1983, pp. 13-44

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade de saber, Rio de Janeiro, Graal, 1988.

GOUVEIA, Patrícia "Queremos Vida na Terra, já Temos Vida no Céu: pastoral e organização comunitária na favela". Monografia final do Curso de Especialização em Sociologia Urbana - PPCIS/UERJ, 1993.

GUIMARÃES, Carmen Dora. "Mas eu conheço ele": um método de prevenção do HIV/AIDS", in GALVÃO, J. & PARKER, R. (orgs), Quebrando o Silêncio: mulheres e AIDS no Brasil, Coleção História Social da AIDS, v. 7, Rio de Janeiro, ABIA/IMS-UERJ/Relume Dumará, 1996 [169-179].

\_\_\_\_\_. "Mais merece": o estigma da infecção do HIV/AIDS em mulheres" (mimeo) Caxambu, apresentado no XIX Encontro Anual da ANPOCS, 1995

HEILBORN, M. L. "Dois é Par: gênero, identidade sexual e conjugalidade num contexto igualitário". Tese de doutoramento, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social - PPGAS/UFRJ, 1992.

\_\_\_\_\_. "O Traçado da Vida: gênero e idade em dois bairros populares no Rio de Janeiro", in MADEIRA, Felícia & MUÑOZ-VARGAS, Mônica (orgs). Quem Mandou Nascer Mulher: gênero e infância no Brasil, Rio de Janeiro, Rosa dos tempos/UNICEF, 1997 [291-392].

\_\_\_\_\_. De que Gênero Estamos Falando. In: Sexualidade, Gênero e Sociedade, n. 2, Rio de Janeiro, CEPESC/IMS/UERJ, 1994 [06-08].

\_\_\_\_\_. "Gênero e Hierarquia: a costela de Adão revisitada". In: Estudos Feministas, v. I, no. 1, 1993.

HEILBORN, M. L. & PRADO, R. M. "Na Hora H, a Gente Não Exige: um estudo sobre mulheres, sexualidade e AIDS", apresentado no XIX Encontro Anual da ANPOCS, no GT Relações de Gênero, Caxambu, MG, outubro, 1995.

KNAUTH, Daniela R. "AIDS, Reprodução e Sexualidade: uma abordagem antropológica", versão preliminar do Relatório Final PRODIR II, Porto Alegre, UFRS, 1995.

LOYOLA, M. A. "AIDS e prevenção da AIDS no Rio de Janeiro", in LOYOLA, M. A. (org) AIDS e Sexualidade: o ponto de vista das Ciências Humanas, Rio de Janeiro, Relume Dumará/UERJ, 1994 [19-72]

MACHADO, Ma. das Dores C. "Conversão Religiosa e opção da heterossexualidade em tempos de AIDS: notas de uma pesquisa" (mimeo), Caxambu, apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, 1996

MARTIN, Denise. "Mulheres e AIDS: uma abordagem antropológica". Dissertação de mestrado, defendida no Departamento de Antropologia da faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1994.

PALERMO, Bianca. Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica, CNPq, fevereiro de 1997.

PARKER, Richard Corpos, Paixões, e Prazeres: a cultura sexual no Brasil contemporâneo, São Paulo, Best Seller, 1991.

RODRIGUES, Aracy Martins. "Operário, operária: estudo exploratório sobre o operariado industrial da Grande São Paulo", São Paulo, Edições Símbolo, 1978.

SALEM, Tania "Mulheres Faveladas: com a venda nos olhos", in FRANCHETTO et alli (orgs.), Perspectivas Antropológicas da Mulher, n.1, Rio de Janeiro, 1981, pp.49-99.

SARTI, Cynthia, Reciprocidade e Hierarquia: relações de gênero na periferia de São Paulo. In: Cadernos de Pesquisa, n. 70, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1989, pp.38-46.

EM ANEXOS

## **I - Roteiros das Entrevistas**

Folha de Rosto (antes da entrevista transcrita)

1-Aspectos gerais e tempo de duração:

2 Descrição do clima das entrevistas: duração, narrativa do contato, facilidade/dificuldade de obtenção da entrevista, particularidades do desenvolvimento da fala ( tonalidade, interrupções, dificuldades/recusa em responder perguntas específicas, presenças de terceiros) .

3 - avaliação das entrevistas ( em relação aos objetivos da pesquisa)

## **II - Guia de perguntas**

1 Dados gerais do entrevistado

( idade, escolaridade, atual profissão, profissão dos pais, grupo de referência, situação conjugal, idade da entrada na vida sexual adulta, relacionamentos).

2 - Sobre a primeira experiência amorosa.

(Visando a descrição de uma sucessão de experiências, a partir de um ponto de partida).

3- Sobre a "primeira vez" que realmente valeu.

4 - Sobre a 1ª experiência (ou relação) sexual.

5 - Falava com alguém a respeito de sexualidade/sexo, na adolescência?

(com pais, amigos ou tinha informações em livros/revistas/filmes, escola).

6 - O lugar da sexualidade/sexo em seus relacionamentos.

A sexualidade/sexo é importante numa relação?

O amor está separado da sexualidade/sexo?

(Cada relacionamento em particular).

7 - Precauções que toma nas relações sexuais.

(Contracepção e/ou prevenção às DST/AIDS).

8 - Quem é sua família?

(Explorar a representação)

9 - Quem é o chefe da família? Por quê?

10 - Nível de renda e de costume familiar.

11 - Sentimentos em relação as pessoas de seu grupo familiar.

(Definição dos sentimentos e manifestação).

12 - Sobre o sentimento do marido. Ele sente igual a você? Por que?

13 - Seus sentimentos são iguais para todos, ou há sentimentos diferentes para determinadas pessoas?

14 - Em quem você pode confiar, na família? Por que?

15 - Quais são os conflitos existentes?

(Como se manifestam).

16 - Em relação aos vizinhos e amigos? Como são as suas relações com eles?

17 - Em relação aos sentimentos? O que sente por eles?

18 - Quais são as suas atividades sociais, fora de casa?

### **III - Caracterização Geral das Entrevistadas**

Foram entrevistadas um total de 20 mulheres nas duas comunidades: 14 no Morro da Formiga e 06 no Morro do Borel. Organizou-se os dados a partir de: grupo de idade, rede de relações familiares, experiência de matrifocalidade, participação nas despesas domésticas e práticas preventivas. Deste conjunto destacamos os seguintes dados gerais:

-a distribuição por idade das entrevistadas é: 07 mulheres entre 20-25 anos; 03 de 26-30 anos; 04 de 31-35 anos; 07 de 36-40 anos e 03 de 45 anos.

-09 não concluíram o 1o. grau e 11 cursaram o 2o. grau; destas, nove haviam concluído a escolaridade básica.

-apenas três mulheres tinham uma atividade profissional fora do âmbito das funções essencialmente femininas, como: diaristas, domésticas, pequena comerciante local, cabeleleira, agente comunitária. Uma era funcionária pública, da Secretaria de Habitação, a outra encarregada do almoxarifado de uma firma de segurança civil, trabalhando num ambiente predominantemente masculino, e a última no escritório de um hospital.